

# IVCANT

Revista de História,  
Arqueologia e Património

Moura | Portugal







Revista de História,  
Arqueologia e Património

---

Moura | Portugal



## Ficha Técnica

Título: Lacant - Revista de História, Arqueologia e Património

Autor: Vários

Edição: Câmara Municipal de Moura | Divisão de Cultura, Património e Desporto

Design: Câmara Municipal de Moura

Impressão: Gráfica Comercial de Loulé

Tiragem: - 100 exemplares

Depósito Legal: - 489706/21

ISSN: 2184-9587

## Nota de Abertura

Após três edições com artigos inteiramente dedicados ao património concelhio, a Lacant, apesar de continuar a manter o foco em temáticas locais, alarga pela primeira vez a sua abrangência geográfica.

A história do território que hoje corresponde ao nosso concelho não se desenvolveu de forma isolada. Isso, aliás, seria virtualmente impossível. Moura sempre esteve integrada numa vasta rede de interdependências políticas, administrativas, económicas e comerciais, tendo como parceiras privilegiadas localidades como Serpa, Aroche e Aracena, entre outras. Estas relações milenares desempenharam um papel fulcral na construção da nossa história e daí que faça todo o sentido que a revista Lacant se mantenha sempre disponível para acolher trabalhos de investigação que sobre elas se debruçam.

O período islâmico continua a ser um dos temas abordados, permitindo-nos continuar a aprofundar o nosso conhecimento sobre uma época histórica que teve uma importância determinante na formação da nossa cultura. Desta vez ficamos a conhecer o nome e um pouco da biografia de dois ilustres naturais do nosso concelho, que terão vivido no século X, bem como se estruturaria todo território da vertente ocidental da Serra Morena, entre os séculos VIII e XIII.

O papel que o património pode ter na valorização turística, cultural e económica dos territórios ditos de “aixa densidade” é também abordado. São dois casos de estudo, de natureza diferente, mas extremamente bem-sucedidos, que demonstram que os resultados de trabalhos de investigação não se podem limitar a ficarem acessíveis a especialistas, para serem debatidos em circuito fechado. Estes projectos são a demonstração de que com criatividade, muito trabalho e competência é possível conjugar a produção científica de qualidade com o desenvolvimento local centrado na valorização do património.

Temos também, pela primeira vez, um artigo centrado no nosso património imaterial, nomeadamente no estudo das danças de carnaval de Amareleja, também conhecidas como “studantinas” e que muito contribuirá para a sua divulgação e preservação.

A Câmara Municipal de Moura agradece a todos os autores que colaboraram nesta 4ª edição, reiterando o seu compromisso para com a divulgação e valorização do nosso Património.



**A Rota**  
do  
**Território Hospitalário:**  
A cooperação transfronteiriça  
como ferramenta para  
a socialização do património  
de fronteira

---

**Nieves Medina Rosales**  
(Ayto. de Aroche)  
ayuntamientoaroche@yahoo.es

**Eduardo Romero Bomba**  
(Ayto. de Aracena)  
patrimonio@ayto-aracena.es

**Miguel António Paixão Serra**  
(C.M. de Serpa)  
mserra@cm-serpa.pt

**Marisa Veiga Bacalhau**  
(C.M. de Moura)  
marisa.bacalhau@cm-moura.pt

**José Gonçalo Valente**  
(C.M. de Moura)  
jose.valente@cm-moura.pt



A Raia, uma das fronteiras mais antigas da Europa, foi concebida como um espaço de divisão, de separação, mas na realidade tem sido, em grande parte do tempo desde a sua criação, um território de ligação, de intercâmbio cultural, social e económico e, em última análise, de colaboração. A fronteira entre o Alentejo e a região da Serra de Huelva nunca foi uma barreira física, mas antes se configurou como uma oportunidade e um canal de comunicação entre os dois países. Este projeto acaba por ser mais um exemplo do resultado da participação de Aracena, Aroche, Serpa e Moura em cooperações transfronteiriças com o objectivo de criar sinergias comuns e de promoção do desenvolvimento socioeconómico destes territórios rurais e interiores, dois fatores estreitamente relacionados com o preocupante problema do despovoamento.

Aracena e Aroche são dois dos municípios mais importantes da Serra de Huelva e dão nome a uma das maiores áreas protegidas da Andaluzia, o Parque Natural da Serra de Aracena e Picos de Aroche. No caso de Aroche, o seu município faz fronteira com Portugal, o que significou um constante intercâmbio social, cultural e económico ao longo dos séculos.

Serpa e Moura fazem parte do Alentejo e são dois dos maiores concelhos do distrito de Beja, em área, número de habitantes e indicadores económicos.

Aracena, Aroche, Serpa e Moura partilham uma história medieval comum, que se reflete nos vestígios arqueológicos e monumentais que guardam. Estes municípios partilham também um conjunto de acções, realizadas ao longo dos últimos anos, na socialização do seu património e na promoção de um maior desenvolvimento cultural, social e económico deste território.

Os fundos europeus foram muito importantes no final do século passado e no início do século XXI, para estabelecer novas relações e desenvolver interesses comuns entre municípios de ambos os lados da fronteira. Aroche e Moura, por exemplo, começaram a trabalhar conjuntamente logo em 2004, através do programa de Cooperação Transfronteiriça Interreg IIIA, na valorização do património histórico-arqueológico, com o projeto “Levantamento Arqueológico e Promoção Histórico-Cultural de Moura e Aroche”. Pouco depois, em 2007, foi desenvolvido um segundo projecto transfronteiriço, com o título “Arqueocultura”, onde Mértola se juntou a Moura e Aroche com o objectivo comum de utilizar o património como motor de desenvolvimento cultural, social e económico, garantindo ao mesmo tempo a sua investigação, protecção, conservação e socialização.

Serpa e Aroche organizaram conjuntamente o VII e VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular em 2013 e 2014. E, por último, Aracena e Serpa, juntamente com Niebla, Castro Marim e Alcoutim, através de uma iniciativa Interreg V, e em 2017 desenvolveram o projeto “Fourtours”, sobre fortificações medievais.

Em 2019, aproveitando a abertura do concurso de Subvenções do Ministério da Presidência, Administração Pública e Interior da Junta de Andaluzia, destinado a promover a cooperação transfronteiriça na

Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia, os municípios de Aracena, Aroche, Serpa e Moura decidiram embarcar num novo projecto conjunto, baseado na sua história medieval comum. Este consistiria na criação de uma nova rota turística de âmbito cultural, direccionada para um período que é crucial na evolução histórica deste território do Sudoeste Ibérico.

Com o primeiro projeto de 2019 foram estabelecidos um conjunto de objetivos comuns, entre os quais se destacaram:

- \*Divulgação e valorização do património histórico medieval.
- \* Socialização da história e património de Serpa, Moura, Aracena e Aroche.
- \*Promoção dos municípios através de campanha de divulgação adequada.
- \*Promover a investigação sobre a história medieval.
- \*Estabelecer canais de cooperação transfronteiriça.
- \*Incentivar a participação dos cidadãos em atividades de defesa dos valores patrimoniais.
- \*Oferecer capacitação ao setor turístico sobre os aspectos históricos das cidades.

A primeira ação concreta do projeto foi a criação da Rota do Território Hospitalário e a elaboração de um folheto promocional trilingue (português, espanhol e inglês), que permitisse promover esta nova rota transfronteiriça, destacando também os valores culturais e ambientais da Margem Esquerda do Guadiana e da Serra de Aracena e Picos de Aroche. Além disso, o projeto incluiu atividades importantes, como visitas guiadas aos castelos por residentes dos quatro concelhos envolvidos, com o objetivo de aproximar o património e o seu conhecimento das populações locais. Para garantir também a transferência de informação histórica para a sociedade, um dos preceitos básicos da cadeia de valor do património, foram realizadas diversas conferências sobre os castelos e o território, proferidas por renomados medievalistas como Magdalena Valor, Santiago Macias, Paula Pinto Costa, Joaquim Boiça e Eduardo Romero Bomba.

Serpa, Moura, Aroche e Aracena eram importantes povoações do Gharb al-Andalus, denominação do território correspondente ao ocidente da Península Ibérica durante o período muçulmano. Todas elas foram capitais de territórios (*iqlims*), integrados nas províncias (*Coras*) de Beja e Sevilha. Evidências arqueológicas de ocupações desse período são observáveis ainda nas quatro cidades (Romero e Rivera, 2020).

A Ordem do Hospital, comandada por Afonso Peres Farinha, conquistou as vilas de Aroche e Aracena por volta de 1240-50, tendo as suas forças partido de Serpa e Moura onde após a sua captura entre 1230 e 1232, se haviam estabelecido comendas da Ordem (Ayala, 1994; González, 1998)). Após a sua conquista, cederam-nas ao rei Afonso III de Portugal, o que acabou por dar origem ao denominado conflito do Algarve, uma vez que eram também reivindicadas pelo reino de Castela e Leão. Os dois reinos levaram a cabo políticas em seu benefício, na tentativa de os afirmar enquanto parte integrante dos seus domínios, como a concessão pelo rei de Portugal, em 1255, de carta de foral a Aroche ou o estabelecimento de alfândegas em Aracena e Aroche, enquanto que Afonso

X, por sua vez, avançava com a sua inclusão no alfoz ou reino de Sevilha em 1253, tendo outorgado “término” a Aracena, em 1266 (González, 1998; 2005). A disputa só foi resolvida com a assinatura dos tratados de Badajoz em 1267 e de Alcañices em 1297, pelos quais Aroche e Aracena passaram a fazer parte de Castela como terras da coroa, sendo integradas no concelho de Sevilha. Serpa e Moura, que, num primeiro momento (1267), haviam sido integradas em Castela, embora sob a jurisdição da Ordem do Hospital, tornaram-se dependentes de Portugal, de forma definitiva, em 1297 (González, 1998, 2005). As fortificações de Aroche, Aracena, Serpa e Moura têm características comuns. Três delas têm a sua origem no período muçulmano e todas foram objecto de obras durante o reinado de D. Dinis, com o propósito de melhorar a defesa da fronteira (Romero e Rivera, 2012). Este território e os seus castelos, já sem quaisquer funções militares, são agora recursos turísticos e elementos de aprendizagem para melhor compreensão de uma história partilhada.

Destes fatos emerge uma história comum que deve ser revalorizada e dada a conhecer tanto às suas populações como a quem visite estas localidades. Para que tal suceda, é determinante a realização de atividades que coloquem em evidência esta mesma circunstância.

A origem de Aracena situa-se no cume do cerro do Castelo, cujo interior alberga a Gruta das Maravilhas. Durante a época medieval era uma vila fortificada, defendida por uma cerca urbana e pela fortaleza, apesar de existirem vestígios arqueológicos do século X ao XIII que evidenciam a existência de uma população andalusí. É interpretada como a *Qatrasana*, descrita nos textos dos cronistas muçulmanos (Romero e Rivera, 2020). A conquista desta povoação islâmica pela Ordem do Hospital levou à construção do Castelo (Pérez, Campos e Gómez, 1998; Romero, Rivera e Pérez, 2010). A fortaleza de Aracena era composta por pátio de armas e alcácer (palácio fortificado), separados por uma muralha onde se destacava a Torre Maior, na cota mais alta do cerro. Contava com várias portas, mas a principal, protegida por uma barbacã, abria-se no flanco Norte. As suas torres são de planta quadrangular com terraços aos quais se acede através de pequenas escadas desde os adarves na muralha. Para garantir o abastecimento de água em caso de cerco, possuía duas cisternas, no pátio de armas e no alcácer. O pátio de armas, de grande dimensão, estende-se pela zona Este do Castelo. Contava com dependências e armazéns para a guarnição. O Alcácer ocupa a zona oriental do recinto. A sua extensão é menor que a do pátio de armas mas pode definir-se como uma pequena fortaleza dentro do próprio castelo. A Torre Maior tem planta quadrada e contava com dependências interiores, sendo concebida como o último reduto defensivo capaz de resistir após a captura da fortaleza.

A origem do povoamento no cerro do Castelo de Aroche relaciona-se com a existência de um “Castro” da Beturia Céltica, um povoado pré-romano, entre os séculos V e I a.C. (Rivera y Romero, 2005), cujo abandono coincide com o surgimento da cidade romana de *Arucci Turobriga* nas planícies de La Belleza (Bermejo, 2014; Campos, 2009; Campos, Bermejo e Medina, 2013). O Castelo foi construído durante o século XII, na época Almóada, mas durante o período do Califado de Córdoba a povoação assentava no sítio arqueológico conhecido por El Ladrillero, na zona baixa do cerro. A povoação de *Awrus* aparece citada nas fontes árabes em nove

documentos distintos. O Castelo seria a *qasaba* ou alcáçova da população andalusí que provavelmente contaria com uma muralha que posteriormente se ampliou e se acrescentaram bastiões no século XVII. O Castelo, com uma planta retangular, foi construído em taipa e decorado com linhas de cal que simulavam grandes silhares. As torres são de planta quadrada ou retangular e algumas contavam com dependências interiores. O acesso principal era em duplo cotovelo, através do interior de uma torre. Atualmente desaparecida, situava-se no mesmo local que a porta existente. Conserva uma poterna, ou porta da traição, secundária no flanco meridional, conhecida como Porta da Rainha, realizada com dois arcos de ferradura. Após a reconquista cristã, em meados do século XIII, sofreu diversas reformas, sendo a mais importante a conversão da sua praça de armas em praça de touros em 1802.

O cerro do Castelo de Serpa foi ocupado por um povoado pré-romano dos séculos VII a III a.C., mas da época romana são poucos os vestígios conhecidos. Após a conquista islâmica iniciou-se a construção da fortificação nos séculos IX ou X (Antunes, 2012; Braga e Soares, 1982), sofrendo alterações nos séculos XI-XII (Catarino, 1997) já em taipa, a que correspondem os vestígios conservados sob a Torre da Horta. Em 1230/1231 é incorporada em território cristão e com a morte do Infante D. Fernando, senhor de Serpa, passa para a Ordem do Hospital entre 1246 e 1281. Durante este período é integrada no termo de Sevilha por Afonso X em 1253, voltando a mãos portuguesas em 1295 (Boiça, 2018).

Com D. Dinis procede-se à reconstrução do Castelo, edificando-se a Casa do Governador na antiga Alcáçova islâmica. A muralha, que envolvia a Igreja de Santa Maria e a atual Torre do Relógio, possuía torreões de planta circular e quadrangular e uma imponente Torre de Menagem. A vila era protegida por uma muralha dupla com várias torres. No século XVI edificou-se um novo pano de muralhas circundando a barbacã e nos finais do século é incorporado na cerca urbana o Palácio dos Condes de Ficalho, seguindo-se a construção de um aqueduto e uma enorme nora. Em 1707 Serpa é tomada pelo Duque de Ossuna, durante a Guerra da Sucessão Espanhola, sofrendo graves destruições após a explosão do paiol situado numa das torres.

Apesar de haver vestígios de assentamentos mais antigos nos arredores da cidade, apenas na primeira metade do século IV a.C. é que se estabelece um povoado na colina do Castelo de Moura (Macias, 2016). Desde então e até à década de 40 do século XX, praticamente não há interrupções na ocupação humana do sítio. A primeira indicação sobre o nome antigo de Moura, *Lacant*, data do período visigótico, mas é apenas a partir da conquista islâmica da Península, no século VIII, que surgem as primeiras referências à cidade nos textos de cronistas e geógrafos (Macias, 2014). No século XII, mais concretamente em 1166, Moura cai pela primeira vez em mãos cristãs. No entanto, o califa almóada Al-Mansor, em 1190 ou 1191, volta a reconquistar a cidade e manda construir ou reconstruir o seu sistema defensivo. Com esta cronologia subsiste o grande torreão em taipa, sobranceiro ao edifício da Biblioteca Municipal e uma torre, também em taipa mas bastante arruinada, na vertente Norte. Entre o final do século XIII e o século XV têm lugar diversas intervenções no castelo, a mais significativa das quais terá sido a construção do pano de muralha da alcáçova e da torre de menagem, na segunda metade do

século XIV, durante o reinado de D.João I. Do início do século XVI data a construção das torres de Salúquia e do Relógio, bem como do convento de nossa Senhora da Assunção.

A História destes quatro concelhos e dos seus castelos mantém um fio que os une, a participação da ordem do Hospital de São João nas campanhas de conquista levadas a cabo no século XIII e, posteriormente, a sua participação activa na organização e gestão desses territórios. Este tem sido o fio condutor que tem permitido a criação de um roteiro turístico-cultural que socializa o património, aproximando-o e entregando-o à sociedade de forma eficaz. Além da possibilidade de realizar o percurso livremente, seguindo a brochura explicativa, estão programadas atividades e eventos específicos que permitem uma maior interação entre os visitantes e o património. Aqui, como instrumento de socialização, ganham relevância os percursos dramatizados, onde o prior da Ordem do Hospital, Afonso Peres Farinha, pessoa real, cuja lápide na Igreja de Marmelar (Vidigueira), recorda a sua conquista de Aroche e Aracena, permite aos visitantes uma abordagem mais participativa do património, com maior compreensão e atividades exclusivas para que os mais pequenos conheçam a História, de forma divertida.

A Rota do Território Hospitalário foi a primeira iniciativa transfronteiriça que uniu os quatro municípios, mas na sequência das convocatórias anuais do Secretário Geral de Acção Externa do Ministério da Presidência, Administração Pública e Interior do Governo da Andaluzia, de 2019 a 2022, foram apresentados 7 projetos de cooperação vinculados ao Território Hospitalário, liderados pelos municípios de Aracena e Aroche. Desta forma, conseguiu-se dotar a Rota do Território Hospitalário com um folheto explicativo, um vídeo promocional e uma app turística de descarga gratuita, que coloca as novas tecnologias ao serviço do visitante, com ferramentas que o assistem na planificação e lhe permitem aceder a informação em tempo real. Por outro lado, o Roteiro foi complementado com eventos de recreação cultural e histórica, dando origem ao Festival Território Hospitalário, que celebrou a sua 4ª edição em 2023, e que inclui a Mostra de Música Antiga de Aracena, a Noite das Velas do castelo de Aroche e a Feira Histórica de Serpa. Estas novas experiências de conexão entre eventos culturais e recreativos ao património, estão a constituir-se como assinaláveis sucessos no que diz respeito à sensibilização e compreensão do papel do património na sociedade.

A ameaça de despovoamento das zonas rurais do interior, conhecidas em Espanha como “la España vaciada”, não é uma questão exclusiva de Portugal e Espanha. Este problema motivou o início de políticas europeias específicas há décadas, que ainda não tiveram eco a nível nacional ou regional, apesar de o problema ser cada vez mais evidente. A perda de população e o risco de perda de património nas zonas rurais do interior motiva cada vez mais a aposta em planos e projetos de cooperação territorial ligados ao território e aos recursos patrimoniais. O Roteiro e Festival Território Hospitalário destaca um espaço fronteiriço, um espaço rural interior e um espaço que mantém culturalmente laços tangíveis e intangíveis que, através da socialização, podem representar uma oportunidade para o futuro.

O conceito de socialização é relativamente novo, uma evolução do trabalho de divulgação aplicado ao património e intimamente relacionado com o desenvolvimento do conceito de gestão do património, que teve que inventar *mecanismos de comunicación, interpretación y acercamiento, sirviendo de mediador entre la sociedad y su pasado tendiendo puentes en donde ambos han podido reconocerse* (Pérez-Juez 2010). A socialização está relacionada com o que costumava ser chamado de Difusão, como um elo entre o Património e a Sociedade (Martín 2007), mas agora transcende esse termo e inclui a divulgação científica do património, a divulgação e promoção do turismo, a participação dos cidadãos, a conversão do património num recurso e equipamento cultural, num produto turístico e num recurso educativo (Delgado e Jaén 2016). Dentro desta socialização, tem sido dada especial atenção à democratização do património e do conhecimento, para todo o tipo de públicos, recorrendo a ferramentas e metodologias que permitem esta abordagem sem perder o rigor histórico (Medina, 2021; Medina e Campos, 2021). As manifestações culturais ligadas ao património geram um enorme impacto social, cultural e também turístico, mas o mais importante é que a nível local conseguem fortalecer os sinais de identidade colectiva, a relação dos habitantes com o território e a apropriação da história e património pela sociedade local, através da sua participação activa. O património gera um *sentimiento positivo de identidade territorial que afeta o bem-estar individual* (Rausell, 2014). Por outro lado, a divulgação acessível, além de completar o ciclo natural e obrigatório do trabalho arqueológico, representa uma formidável fonte de emprego não só para os arqueólogos, mas também para outros grupos ligados ao património, ao turismo, à cultura, à hotelaria, à arte. ... (Vaquerizo, 2018).

A Rota do Território Hospitalário é uma iniciativa de turismo cultural que dá destaque a um período crucial da história deste território e socializa quatro castelos da Idade Média, que se complementam com os restantes recursos histórico-arqueológicos do território. Esta iniciativa tem sido divulgada em fóruns internacionais de turismo, como a Fitur, e também em encontros de investigação como o Fórum de Turismo de Palmela, dedicado ao tema das Ordens Religioso-Militares na valorização dos destinos turísticos. Não há dúvida de que a pandemia da Covid-19 influenciou uma mudança na forma de usufruir do turismo, com uma redescoberta de centros rurais do interior, locais transfronteiriços como Aracena, Aroche, Moura e Serpa que preservam fortes sinais de identidade colectiva e territorial. O passado pode permitir a capacitação de populações com recursos económicos limitados e apresentar-se como uma ferramenta para o desenvolvimento de comunidades, neste caso, rurais, cuja existência está cada vez mais ameaçada pelo despovoamento.

## BIBLIOGRAFÍA:

ANTUNES, A. (2012), “Serpa entre a Idade do Ferro e a Época Moderna. Breve Leitura dos resultados das escavações arqueológicas realizadas no Castelo, in Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Câmara Municipal de Amodôvar, pp.441-464

AYALA MARTÍNEZ, C. (1994), “Alfonso X, el Al-garbe y Andalucía\_ El destino de Serpa, Moura y Mourão”. II congresso de Historia de Andalucía. Historia Medieval, Vol. I. Córdoba. pp.289-304

BERMEJO, J. (2014), Arucci y Turobriga, civitas et territorium: un modelo de implantación territorial y municipal en la Baeturia Celtica. Universidad de Huelva, Servicio de Publicaciones, 2014.

BOIÇA, J. (2018), Serpa na formação do Reino de Portugal: 1166-1295. Câmara Municipal de Serpa.

BRAGA, J., SOARES, A. M. (1982), “Indícios de uma ocupação da Segunda Idade do Ferro no Castelo de Serpa”, in Arqueologia 4, pp.116-123.

CAMPOS CARRASCO, J.M. (1998), “La Arqueología medieval en el ámbito onubense”, in Huelva en la Edad Media. reflexiones, aportaciones y nuevas perspectivas veinte años después, Universidade de Huelva, pp.63-79

- (2009), “El urbanismo del municipio romano de Turobriga (Aroche, Huelva)”. Estudio de prehistoria y arqueología en homenaje a Pilar Acosta Martínez. Coord. por Rosario Cruz-Auñón Briones y Eduardo Ferrer Albelda. Sevilla. Pp. 465-482.

CAMPOS, JM., BERMEJO, J. y MEDINA, N. (2013), “La ciudad de Arucci Turobriga y la implantación de Roma en el Norte del Territorio onubense”. Arqueología en la provincia de Huelva. Homenaje a Francisco Javier Rastrojo Lunar. Pp. 221-234.

CATARINO, H, (1997), “O concelho de Serpa no período muçulmano”, in Arqueologia do Concelho de Serpa, Câmara Municipal de Serpa, pp.153-157

DELGADO, M. y JAÉN, D. (2016), “El conjunto arqueológico de Fuente Álamo (Puente Genil, Córdoba). Quince años de puesta en valor y gestión integral del patrimonio en el medio rural”. RESCATE, del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: el patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible. Vaquerizo, Ruiz y Delgado Eds. UCOpres. Pp. 223-256.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M., (1998), “Huelva, tierra de frontera”, in Huelva en la Edad Media. reflexiones, aportaciones y nuevas perspectivas veinte años después, Universidade de Huelva, pp.15-35

- (2005), “Conquista y repoblación de la Banda Gallega”, in La Banda Gallega, Universidad de Huelva, pp.67-78

MACIAS, S., VALENTE, J., GASPAR, V. (2014), “Lacalt e Laqant: da toponímia antiga à Islamização”. O sudoeste peninsular entre Roma e o Islão, Mértola, CAM.

MACIAS, S., GASPAR, V., VALENTE, J., (2016), “Castelo de Moura. Escavações Arqueológicas 1989-2013: Textos”, Câmara Municipal de Moura.

MARTÍN, M. (2007), “La difusión del patrimonio. Actualización y debate”. e-rph Revista Electrónica de Patrimonio Histórico, 1. Granada.

MEDINA ROSALES, N. (2021), El patrimonio Histórico-arqueológico del municipio de Aroche (Huelva): Propuesta de un modelo de gestión. ONOBA Monografías nº 9. Universidad de Huelva.

MEDINA ROSALES, N. Y CAMPOS CARRASCO, J.M. (2021), “La gestión del patrimonio desde el ámbito municipal: nuevas perspectivas de futuro para Aroche (Huelva)”. Complutum 32-2

- (2021) Patrimonio Arqueológico: una apuesta por el cambio de modelo social. Homenaje a María Ángeles Querol, editado por Alicia Castillo y Nekbet Corpas. Pp.365-386.

PÉREZ-JUEZ GIL, A. (2010), “La gestión del patrimonio arqueológico: de la tradición al nuevo panorama del siglo XXI”. La ciudad dentro de la ciudad: la gestión y conservación del patrimonio arqueológico en ámbito urbano. Hidalgo, R. (Ed.), Sevilla. Pp. 23-40.

PÉREZ, J. A., CAMPOS, J., GÓMEZ, F. (1998), “Aproximación arqueológica al castillo de Aracena y las fortificaciones de la Banda Gallega”, in Huelva en la Edad Media. reflexiones, aportaciones y nuevas perspectivas veinte años después, Universidade de Huelva, pp.281-303

RAUSELL, P. (2014), “La sostenibilidad económica de los proyectos de desarrollo local basados en el patrimonio”. El pasado en su lugar. Patrimonio arqueológico, desarrollo y turismo, en Vives, J. y Ferrer, C. (Eds.), Valencia. Pp. 5-28.

RIVERA, T. y ROMERO, E. (2005), “Proyecto de restauración del castillo de Aroche (Huelva). El enfoque interdisciplinar en la positivación de criterios de intervención: estudios arqueológicos”. Actas de las Jornadas Los Castillos. Reflexiones ante el reto de su conservación. Alcalá la Real 26-28 de mayo de 2004. Pp. 217-230.

ROMERO, E., RIVERA, T. E PÉREZ, J.A. (2010), “La villa fortificada de Aracena: fases de ocupación”. in V Congreso Internacional sobre fortificación y ciudad. Sevilla, pp.51-55

ROMERO, E., RIVERA, T. (2012), “Los Castillos de la banda gallega. Aportaciones a su conocimiento desde la arqueología”, in Paisajes, tiempo y memoria: acercamientos a la historia de Andalucía, Universidad de Huelva, Huelva, pp.99-128.

- (2020), “El poblamiento Andalusi en Aracena (Huelva)”, in Onoba: revista de arqueología y antigüedad, nº8, pp.57-70

VAQUERIZO GIL, D. (2018), “Detectives del tiempo...Reflexiones sobre pasado, presente y futuro de la Arqueología en España”. Complutum 29 (1). Pp13-36.

## Índice

<b>Nota de Abertura</b>	3
<b>O impacto de uma escola de campo internacional de arqueologia num meio rural em Portugal: o caso da South-West Archaeology Digs em Safara (Moura)</b>	
Mariana Nabais	5
<b>Notáveis da região de Moura no século X</b>	
António Rei	29
<b>El registro arqueológico de época andalusí en Aracena, Aroche , Moura y Serpa</b>	
Eduardo Romero Bomba	37
<b>A Rota do Território Hospitalário: A cooperação transfronteiriça como ferramenta para a socialização do património de fronteira</b>	
Nieves Medina Rosales Eduardo Romero Bomba Miguel António Paixão Serra Marisa Veiga Bacalhau José Gonçalo Valente	53
<b>Testemunhos do tempo que passa. As danças de Carnaval nas décadas 70 e 80 do século XX e hoje: permanências e mudanças</b>	
Virginie Laffon	63





LAVANT

2023 | edição: Câmara Municipal de Moura



